

## GT Gênero na contemporaneidade

### DEMOCRACIA NA PERSPECTIVA DAS MULHERES: um olhar das parlamentares sobre a dimensão da democracia

Mary Ferreira<sup>1</sup>

O debate posto na atual conjuntura sobre democracia nos remete a diferentes interpretações que dependem do tempo, lugar e dos sujeitos envolvidos. Neste debate têm-se generalizado visões baseadas no modelo liberal regida pelas forças hegemônicas e portanto geradoras de opinião, que confundem e/ou desvirtuam o real sentido da Democracia. Assim, impossibilitam a realização da democracia como valor ou como esforço que se desenvolve incasavelmente para estabelecimento do equilíbrio entre a igualdade de condições, a soberania do povo, e a liberdade de se expressar. Neste estudo as reflexões sobre democracia estão postas a partir da leitura de mulheres que exercem o poder no parlamento brasileiro e português.

Palavras Chave: Democracia; Gênero e Democracia; Mulheres Deputadas – Democracia.

A medida que a democracia vai se universalizando, vão também se disseminando idéias de que é imperscrutável, as interpretações porém, dão conta que quando utilizados nos discursos dos mais variados setores sociais, podemos perceber que, a apropriação do termo, “democracia” têm significados diferentes e suas implicações políticas e culturais estão amplamente em disputa. Por isso, os sentidos de democracia dependem do tempo, lugar e dos sujeitos envolvidos. Daí a necessidade cada vez mais presente de debater e explicitar melhor o sentido que atribuímos a esses termos para determinados sujeitos sociais.

Este conceito, nos últimos anos, vem sendo associado inclusive a processos autoritários que justificaram a invasão dos Estados Unidos ao Iraque sob o argumento de democratizá-lo. Esta ação, que revoltou grande parte da humanidade, gerou a partir de então, um amplo debate sobre as diferentes formas de compreender a democracia cujos significados denotam modos de vivenciar o poder em diferentes dimensões.

Recentemente, o escritor português José Saramago<sup>2</sup> chamou a atenção para a necessidade de rediscutir o papel da democracia haja vista estarmos vivendo uma

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Federal do Maranhão, Mestra em Políticas Públicas, doutoranda em Sociologia UNESP/FCLAr. Bolsista CAPES.

“democracia amputada” na qual o único poder dos cidadãos na esfera política, é trocar de governo. Boaventura Santos cita os casos das democracias que emergiram nas últimas décadas na Colômbia, Brasil, África do Sul, Moçambique, Portugal e Índia para dizer que nesses países está sendo reinventada a democracia participativa ligada à descentralização de formas tradicionais de participação.

E as mulheres como estão pensando sobre essa questão? Na relação das mulheres nos legislativos, o exercício democrático tem sido marcado por constantes transgressões nas relações de gênero, que, se por um lado evidenciam os embates desafiantes que essas mulheres enfrentam pela desigualdade numérica, por outro, evidenciam formas de pensar e compreender determinados conceitos que interferem na ação política associado à busca de estratégias que possam resignificar o sentido de democracia a partir inclusive da democratização de instituições historicamente interdidas às mulheres como é o caso dos legislativos.

Nessa comunicação pretendo discutir essas questões tendo como campo de análise o pensamento de deputadas colhido em estudo realizado em tese de doutorado em Sociologia no qual pretendo desvendar como têm se efetivado a ação das mulheres no legislativo, analisando a partir dos projetos apresentados e da repercussão dos mesmos na sociedade e em particular na vida das mulheres.

A construção das reflexões teórico-metodológicas para explicar a ação das parlamentares e as estratégias de intervenção no espaço legislativo como perspectiva de construção da democracia estão fundamentadas na teoria feminista e na teoria democrática interlocutoras privilegiadas para discutir um novo projeto de democracia que servem como norte para analisar os limites da ação política das mulheres cujas representações parlamentares resvalam nas profundas desigualdades numéricas que inibe sua ação política e no percurso histórico marcado pela relações de gênero visibilizados em dados<sup>3</sup> que reforçam uma situação incompatível com o ideal de democracia.

Os dados para refletir as análises foram colhidos em entrevistas com parlamentares brasileiras e portuguesas de janeiro a agosto de 2005, cujo roteiro está anexo neste trabalho no qual foi recortado apenas suas impressões sobre o sentido de democracia cujas análises ainda preliminares, irão nortear futuramente, minhas

---

<sup>2</sup> Em palestra proferida por ocasião do Fórum Social Mundial realizado em Janeiro de 2005 em Porto Alegre.

<sup>3</sup> Estou me referindo às desigualdades nas relações de trabalho, tendo em vistas a permanência dos salários inferiores, da violência doméstica e sexual, da sobrecarga das tarefas domésticas, entre outras desigualdades.

reflexões sobre a dimensão dos projetos que as mesmas têm apresentado ao longo do mandato. As reflexões ora apresentadas, são portanto, apenas um esboço das discussões que pretendo aprofundar no decorrer das realizações das entrevistas na finalização da tese que concluo daqui há alguns meses.

## **Democracia em Debate**

O permanente debate público, que se instalou no século XXI sobre os diferentes sentidos de democracia torna imprescindível clarear sua dimensão política a fim de torná-la mais plausível aos olhos de segmentos sociais que buscam na sua formulação a possibilidade de operar ações que venham a estabelecer os princípios da igualdade. Para esses segmentos a igualdade é produzida através de mecanismos que tem na concentração e na expansão do Estado, canais de efetivação. A relação entre igualdade e liberdade na democracia serve de base nas análises que buscam a possibilidade de uma coexistência harmônica entre os dois termos que irão por sua vez consubstanciar o processo de desenvolvimento do Estado democrático.

Os problemas que podem acometer o Estado democrático, em razão de sua própria estrutura interna ou em razão de demandas exteriores que se impõem a ele como necessárias e, portanto, refratárias ao debate, são inúmeros, dentre eles, estão os problemas relacionados com o funcionamento das instituições democráticas entre as quais os legislativos, os partidos políticos, os sindicatos, e outras organizações civis que servem de contraponto na pressão para garantir uma atuação do governo mais consistente com os anseios populares.

O que caracteriza em primeiro lugar a democracia, é o seu sentido de universalidade ou se preferir igualdade, a idéia democrática recusa as distinções, as discriminações e todas as restrições mesmo as temporárias. A palavra democracia pode em diferentes contextos ter visões contraditórias e significados que reduzem ou ampliam sua dimensão política. Em episódio recente, quando da invasão dos EUA ao Iraque, foi utilizada para justificar uma guerra injusta, quando os Estados Unidos e países aliados invadiram e destruíram uma nação sob o argumento de democratizá-la. Isso nos leva a perceber, que, em algumas situações, a idéia de democracia mantém relações complexas com as idéias liberais, principalmente, quando retoma a herança das liberdades públicas, inscrita nos seus primeiros textos. Entretanto, a democracia, vai muito mais longe, tem

alcance muito mais amplo e uma dimensão muito mais profunda que se contrapõem aos desmandos autoritários que alguns países utilizam para subjugar outros. Rémond (2003 p.163) considera que:

A democracia prolonga a ideia liberal. Eis porque muitas vezes hoje somos tentados a ver na democracia apenas o simples desenvolvimento da ideia liberal, enquanto no século XIX ela [já] aparece sobretudo em ruptura com a ordem e a sociedade do liberalismo.

Para Chauí<sup>4</sup> ao discutir os sentidos de democracia argumenta que existe uma forma de pensá-la entre setores da esquerda e da direita. A esquerda amplia o sentido liberal de democracia já expresso por Rémond (2003).

A cidadania é definida pelos direitos civis e a democracia se reduz a um regime político eficaz, baseado na ideia da cidadania organizada em partidos políticos, e se manifesta no processo eleitoral de escolha dos representantes, na rotatividade dos governantes e nas soluções técnicas para os problemas econômicos e sociais [...] O pensamento de esquerda, no entanto, justamente porque fundado na compreensão do social como divisão interna das classes a partir da exploração econômica e, portanto, como luta de classes, redefiniu a democracia recusando considerá-la apenas um regime político, afirmando, então, a ideia de sociedade democrática. [...] trabalhadores no correr dos séculos XIX e XX ampliaram a concepção dos direitos que o liberalismo definia como civis ou políticos, introduzindo a ideia de direitos econômicos e sociais. Na concepção de esquerda, a ênfase recai sobre a ideia e a prática da participação, ora entendida como intervenção direta nas ações políticas, ora como interlocução social que determina, orienta e controla a ação dos representantes. (CHAUI, 2004, p. 24).

Democracia para Benevides (1996) “é o regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos”. Na sua definição a autora agrega as especificidades da democracia política e da democracia social na medida que estão implícito em sua formulação valores como liberdades civis, igualdade, o respeito à diversidade e a solidariedade. Com essa definição a autora redimensiona o sentido de democracia extrapolando interesses individuais e incorpora aspectos políticos na medida que para seu exercício estão subtendidos processos de educação a fim de oportunizar aos/as cidadãos/ãs condições reais de participação. Benevides (1996) e Chauí (2004) criticam exercício do poder com base no significado de democracia liberal chamando a atenção para o fato de que sua efetivação supera o “chamado governo da maioria” na

---

<sup>4</sup>A autora discutiu esta questão em evento realizado no Brasil recentemente (2004) com vários estudiosos, militantes políticos e organizações não governamentais para pensar os sentidos de democracia.

medida que a construção de uma sociedade democrática depende da possibilidade de desenvolver, em todos os seus membros, a capacidade de pensar, participar e intervir de forma direta na elaboração, controle e aplicação das políticas públicas, assim como ter condições de julgar os resultados.

Recentemente, por ocasião do Fórum Social Mundial, José Saramago<sup>5</sup> em uma das palestras mais concorridas deste Fórum chama a atenção dos presentes ao enfatizar a necessidade de se discutir o papel da democracia hoje. Para esse escritor humanista vivemos uma “democracia seqüestrada, condicionada, amputada, na qual o único poder concedido aos cidadãos na esfera política é trocar de governo que não se gosta por outro que talvez seja um pouco melhor”. (SARAMAGO, 2005).

Como vimos, as concepções de democracia são inúmeras, podemos perceber que as mesmas demarcam visões díspares ou que se assemelham, dependendo do tempo, do lugar e dos sujeitos envolvidos; para Santos (2002, p.43-5) as concepções de democracia podem ser divididas em 3 momentos: Concepção hegemônica, concepção não hegemônica, (ambas situadas na segunda metade do século XX) e democracia participativa (século XXI). A concepção hegemônica foi marcada pelas visões liberais e marxistas, que se contrapõem. A visão marxista entende democracia como centro de um processo de exercício da soberania por parte dos cidadãos, adquirida pela autodeterminação no mundo do trabalho, a concepção liberal vê como forma e não como substância. As críticas às visões marxistas pelos liberais estão fundamentadas na idéia de democracia como conjunto de valores condicionado a “uma forma única de organização política”. Santos considera, que as teorias hegemônicas refletem:

[...] um conjunto de questões não resolvidas que remetem ao debate entre democracia representativa e democracia participativa. Essas questões se colocam de modo mais agudo naqueles países nos quais existe maior diversidade étnica; entre aqueles grupos que têm maior dificuldade para ter seus direitos reconhecidos (SANTOS, 2002, p.50).

A ampliação do sentido de democracia é vista por esse autor como um processo de “redefinição do seu significado cultural” (SANTOS, 2002, p.50). Boaventura Santos cita os casos das democracias que emergiram nas últimas décadas na Colômbia, Brasil, África do Sul, Moçambique, Portugal e Índia para dizer que nesses países está sendo reinventada a democracia participativa ligada à descentralização de formas tradicionais

---

<sup>5</sup> Estou me referindo ao escritor português José Saramago, autor de *Ensaio sobre a cegueira*, entre outros em palestra realizada em Janeiro de 2005 em Porto Alegre.

de participação, com diferenciações que atingem o nível local. São ações desencadeadas a partir da incorporação de novos atores ou de novos temas à política. Esses novos atores trazem para a prática democrática contemporânea o inconcluso debate entre representação e participação e apontam a necessidade de novas formulações que venham combinar diferentes formas de democracia. Nessa perspectiva se encontram as propostas de segmentos antes excluídos que propõem de Democratizar a democracia que se constitui nas palavras de Celiberti (2004, p.58):

uma tarefa que requer milhares de iniciativas que vão desde os âmbitos de reprodução e afetividade, à comunidade e à arquitetura internacional. As novas subjetividades colocam também novas exigências democráticas tanto no plano institucional como no político e social para realimentar paradigmas, em que a classe, a etnia, o gênero, a idade e muitas outras categorias sejam eixos válidos e reconhecíveis de diferenciação, mas não de desigualdade, entrando em intersecção e interação entre si para construir novas subjetividades, e novas culturas democráticas que supõem, tanto hoje como ontem, intolerância à injustiça, à exclusão e à discriminação, seja estas econômica, social, racial, de gênero ou cultural.

Esses exemplos ilustram nossas reflexões para buscar um conceito de democracia que possa responder as expectativas das mulheres, que possa contemplar as diferentes formas de atuação das mesmas nos processos e decisões empreendidas ao longo da história.

## **Democracia e a perspectiva feminista**

A teoria feminista e a teoria democrática vem contribuindo decisivamente para o aprofundamento das discussões no delineamento de um novo projeto de democracia cujos reflexos tem sido fundamental nas análises dos limites da cidadania política de setores historicamente excluídos, notadamente as mulheres e negros cujo percurso na história é marcada por exclusões incompatíveis nos modelos de democracia então vigentes.

Para Alvares (2000) o modelo de democracia ocidental iniciado há dois séculos que tinha como princípio eliminar os sistemas de poder absolutista, conseguiram enfraquecer o modelo de sistema de representação patriarcal abrindo espaço para conquistas que ampliaram os direitos individuais (direito ao voto, participação política e parlamentar, acesso a educação), porém trouxe a tona novos discursos entre os quais “a

contradição do modelo de democracia dos modernos” que desnuda a desigualdade de género trabalhada de forma tímida nos estudos ligadas a Sociologia e Ciência Política.

**Em** se tratando da Sociologia clássica por exemplo, esta orientou-se para a “análise das características das sociedades capitalistas industriais e da produção de bens, não se preocupando com o estatuto ontológico dos indivíduos nem com a reprodução do corpo humano”(FERREIRA, 2003. p. 67). Essa orientação permaneceu durante muito tempo entre os teóricos da Sociologia que desconsideraram as diferenças entre mulheres e homens e muitas vezes tomam como fundamento das diferenças sociais entre os sexos, assim vão sendo naturalizado o social, em algumas situações anulando-as e em outras socializando-as. Esse debate se amplia na Sociologia a partir das teóricas feminista que se aproximam a partir da formulação da Teoria Feminista, que por seu turno, “alarga o projecto da Sociologia às diferenças biológicas, entre os sexos, rejeitando precisamente a ideia de que estas possam estar na base das posições sociais das mulheres e dos homens, ou seja que a biologia encerra o seu destino” (FERREIRA, 2003. p. 69).

Para Scacone (2004, p.12) a teoria feminista, contribuiu para a criação de novas conceitos analíticos “que tratam da situação social das mulheres, como sexismo, androcentrismo, patricarcado, género, relações sociais de sexo, saúde reprodutiva, direitos reprodutivos entre outros”. Esses conceitos são originários da trajetória política do movimento feminista, em sua necessidade de descrever, denunciar e analisar as causas das desigualdades sexuais, presentes em todas as relações, cruzadas com a questão de classe e com as relações étnico-raciais.

Essa teoria feminista se destaca pela análise das relações patriarcais que têm subjogado as mulheres histórica e socialmente, alijando-as do exercício pleno da cidadania. Autoras como Pateman (1993,p.329) enfatizam que a inclusão das mulheres na sociedade civil se dá também enquanto membro de um sexo e enquanto mulheres, que implica em reconhecer que “corpo, sexo e diferença sexual são inseparáveis da subordinação civil”. Dessa forma o argumento patriarcal que separa o trabalho doméstico e as relações íntimas da esfera pública retirando-as da discussão política sobre cidadania é inconcebível pelas teóricas feministas que consideram que as relações patriarcais são incompatíveis com as relações democráticas.

No debate que se instaurou sobre democracia as pesquisadoras feministas têm contribuído com suas reflexões para desmascarar “o particularismo que se esconde sob aqueles chamados ideais universalistas que na realidade sempre foram mecanismos de exclusão [das mulheres]” (MOUFFE, 1996, p.26). Para Pateman a questão da

democracia não está desvinculada da discussão que se faz sobre o sentido de cidadania uma vez que esta categoria é apresentada pela ciência na perspectiva patriarcal, visto que o sentido de ser cidadão foi construído associado à imagem masculina. Esta autora nos seus estudos desconstrói este modelo e reconhece que existe uma "cidadania sexualmente diferenciada" de onde está explícito – e implícito - um significado político para as mulheres enquanto sujeito político, a partir de seus corpos e seus gestos simbólicos. Explicação da qual corrobora Fraisse (1999) quando enfatiza que a ideia de democracia ainda se apresenta como abstrata no qual o indivíduo “associa-a inicialmente, nos fatos e no pensamento, ao masculino. É mais ou menos como a regra que determina que o masculino tenha sempre precedência sobre o feminino”.

Ao criticar as teorias democráticas clássicas Mouffe e Pateman enfatizam que a ideia de cidadania universal baseada nos autores clássicos parte de princípios de que todos nascem livres e iguais, quando na história é fato que as mulheres somente foram reconhecidas essa condição, no século XX, na maior parte dos países. Ao analisar a questão na França Fraisse (1999) afirma que:

Estamos longe, de fato, de uma divisão igual entre homens e mulheres, tanto na França como em outros lugares...É por isso que eu acho que devemos empregar o termo paridade doméstica, porque não se trata apenas da divisão funcional das tarefas entre os sexos, mas de uma verdadeira aposta política. Antes da Revolução Francesa, até Montesquieu, falava-se de “governo doméstico” e de “governo político”. Foi Rousseau quem separou essas duas noções. Se repensássemos a família em termos de governo, a questão das tarefas e funções dentro dela seria definida de outra maneira. E não se poderia pensar no emprego, por exemplo, sem pensar em suas consequências sobre o microcosmo familiar.

Não basta aumentar a participação do pai ou ajudar a mãe como em geral os homens se referem aos serviços domésticos, reforça Fraisse, existe um governo “doméstico que deve funcionar paritariamente” (FRAISSE, 1999) dividindo responsabilidades em todos os aspectos e não apenas no cuidado com os filhos, por exemplo, mas com o estabelecimento de uma cooperação que rompa definitivamente como unilateralismo das relações domésticas.

A paridade indica que estamos num debate democrático, ou seja que existe poder, porque a família é um lugar de poder, e esse poder deve ser disputado, trocado e partilhado. Esses argumentos são fundamentais para pensar e construir a democracia



radical e plural como condição para a construção de uma identidade política comum, este modelo de democracia irá “criar as condições para o estabelecimento de uma nova hegemonia articulada mediante novas relações, práticas e instituições sociais igualitárias” (MOUFFE, 1999, p.45). Assim, a cidadania deixaria de ser uma abstração para se tornar “um princípio articulador” que afetaria a vida dos sujeitos em as diferentes posições e dimensões: públicas e privadas, ao mesmo tempo que permite a esses sujeitos uma pluralidade de filiações específicas e um maior respeito à liberdade individual e consequentemente uma visão mais coletivizada de mundo.

As interpretações das teóricas feministas sobre o sentido de democracia radical, estão fundamentadas na necessidade de aprofundar a democracia na perspectiva de buscar reformas profundas no atual modelo democrático tendo em vista a morosidade com que este tem implementado políticas que atendam interesses de setores historicamente marginalizados. Não tem a princípio um carácter revolucionário nas próprias ideias em si, mas o sentido e a terminologia no uso da palavra Radical se insere na procura das raízes da própria democracia, em rever sua fundamentação e expansão, em reavaliar seu exercício, não apenas no pensamento das elites, mas, pelos acontecimentos sociais e na concretização dos fatos irremediáveis.

O sentido da democracia radical portanto, apela para uma nova materialidade do ser social que interfere no político e por sua vez, nas entranhas do Estado democrático. As concepções de Mouffe, de Pateman, e de outras teóricas feministas possibilitou a construção do conceito de democracia radical e permitiu ampliar os sentidos comuns discutido pelos pensadores liberais ainda fundamentados nos ideais rousseauianos que associavam ao modelo de democracia apenas a ideia de cidadania.

O conceito elaborado pelas autoras discute as relações entre público e privado, tendo como princípio, que o privado é político, e portanto não está desvinculado da ação política democrática. As feministas consideram que a ação democrática acontece dentro de todos os espaços nos quais as relações de poder estão estabelecidas como por exemplo, no espaço doméstico. Essa forma de refletir a democracia, rompe com a visão liberal e burguesa, redimensionando completamente seu sentido político.

Ao analisar a contribuição das feministas para a ampliação do sentido da democracia Santos (2005) enfatiza que esta foi decisiva para que a “democracia se

descolonizasse, porque o espaço público foi reduzido ao espaço político e o espaço político passou a ser considerado a relação do indivíduo com o cidadão”.

Para o pensamento feminista em todos os espaços no qual há relações de poder, estes devem ser democratizados. É a partir dessa visão que os diferentes grupos feministas têm fundamentado sua ação política que se viabilizou através das diferentes correntes que contribuíram para o fortalecimento de sua prática política e visibilidade pública. A intermediação desses grupos nas esferas de poder foram responsáveis pela transformação das relações de gênero tanto na teoria como na prática na medida que “teve e tem uma função social eminentemente política, dado seu potencial profundamente subversivo, desestabilizador, crítico, intempestivo, assim como pela vontade que manifesta de tornar o mundo mais humano, livre e solidário, seguramente não apenas para as mulheres”. (RAGO, 2004, p.36).

## **Como pensam as parlamentares sobre Democracia**

A discussão sobre democracia que pretendo desenvolver neste item pode levar a questionamentos sobre a possibilidade de estar reforçando visões essencialistas, entretanto, não se pode desconsiderar que o crescente protagonismo de setores historicamente excluídos na realidade latino-americana, e nos países periféricos de um modo geral<sup>6</sup> como as populações indígenas, o movimento de afros-descendentes e em especial as mulheres, dão margem a múltiplas interpretações e questionamentos sobre as diferentes visões de democracia.

Nessa discussão não deve ser desconsiderado o fato de que a construção da definição das mulheres enquanto categoria coletiva, parte do fato que a união dos sujeitos em grupo “não é algo que tenha a ver com os seus atributos sociais ou características biológicas, sendo antes o resultado da discussão política pela qual conseguem forjar um compromisso político comum contra a opressão de que se sentem

---

<sup>6</sup> As coleções lançadas por Boaventura de Sousa Santos “Reinventar a Emancipação Social para novos Manifestos” divididas em seis volumes: Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa; Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista; Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural; Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais e Trabalhar o mundo: os caminhos do novo internacionalismo operário” são ricas de experiências que retratam os protagonismos de grupos como mulheres, indígenas, negros/as, sindicalistas, gay, lésbicas que demonstram novas interpretações e articulações desses grupos na pressão no Estado por políticas públicas assim como novas formas de compreender o espaço público e intermediar ações e fortalecimento de suas identidades e cidadania.

objeto” enfatiza Ferreira (2003, p.52). Nas reflexões dessa autora sobre o biológico e o social que perpassa o discurso essencialista, considera que:

Devemos pensar nas diferenças entre os sexos como constitutiva do sentido e das possibilidades de existência de cada pessoa. A biologia é pertinente para a avaliação das alternativas sociais possíveis, não apenas em termos das limitações que impõe, que é o modo como ela é em geral tematizada, mas também das potencialidades que as diferenças contêm. Assim, um modo mais lógico de lidar com a premissa de que o sexo biológico contamina o sexo social não é afirmar que não existe nenhuma relação entre eles. Ao contrário, devemos reconhecer que existe entre ambos uma relação de mediação levada a efeito pelas estruturas simbólicas, como a linguagem, que determina o fim da dicotomia. (FERREIRA, 2003, p.78).

Dessa forma, é possível construir um enunciado sobre a perspectiva das mulheres sobre democracia. Partimos da perspectiva do feminismo radical de que sempre existem diferenças entre homens e mulheres, tanto no que se refere a personalidade, como em relação a valores, crenças, atitudes, estilos de vida e práticas políticas. São diferenças que estão presentes nos corpos das mulheres e dos homens, e se traduzem em diferentes maneiras de experimentar o mundo e de vivenciar o exercício do poder. Estas “experiências passaria pela gestação, e pelo parto, elementos cruciais da vivência das mulheres. Mas também pela sexualização das subjetividades, porque todo sujeito é construído como sexuado”. (FERREIRA, 2003, p.85).

Ao traduzir a visão das deputadas sobre os diferentes sentidos de democracia, busco acima de tudo compreender em que medida suas concepções se imbricam ou não com as concepções masculinas e como estas concepções norteiam ou não suas práticas políticas e ação parlamentar e como estas poderão intervir na vida das mulheres. Nas entrevistas podemos perceber que seu sentido, difere em muitos aspectos das visões dos deputados, entretanto, percebemos também que existe uma interpretação que se assemelha quando se trata de estabelecer identidades partidárias. Vejamos:

*“é o governo a favor de uma maioria desprovida” Odette Santos, PCP.*

*É uma ideia de civilização que mina os referenciais de poder. É um espaço que a sociedade se constitui ela própria e regula sobre ela própria. A democracia é sempre essa ideia que faz estar presente nos diferentes espaços onde existe a ideia de poder e se consegue fazer equivalência entre as diferentes lutas contra a opressão. É também entendido como perspectiva do socialismo como forma de afirmar o projecto de transformação da emancipação social A democracia pensada na perspectiva socialista vai sempre avançando, criando mecanismos de equivalência entre os diferentes espaços, reafirmando: Nós aqui podemos ser iguais tanto nos espaços*

*familiares como nos espaços públicos. Têm de haver essa ideia de reconhecimento do outro num lugar de igualdade que permita sermos nós próprios” (Ana Drago - Bloco Socialista ).*

*Democracia é um contexto que tem por base o respeito e a possibilidade de dar aos indivíduos oportunidades, igualmente, independente de nada. É dar a pessoa o poder de pensar, sonhar, fazer executar sem nenhuma restrição. Quando há restrição não há democracia. (Isaura Gomes)*

*Nós estamos habituadas a viver a parte formal da democracia, falta conquistarmos e entrarmos na parte informal. Entendemos democracia como voto e aí vamos votar, o que é muito importante, mas os tempos estão a mudar. A forma de organização das pessoas mudaram com a Internet, com as redes com a circulação da informação que é completamente diferente no tempo e na hora e trás novas dimensões de democracia inclusive aquela na qual as pessoas passam a atuarem fazendo com que a democracia possa acontecer em forma de cidadania, ou seja incentivando o exercício da cidadania. Este é o aspecto menos explorado... [...] as mulheres embora organizadas mundialmente, e a Marcha é um reflexo disso, ainda tem muitas **dificuldades de viver a democracia porque estão mais afastadas dos mecanismos de informação e porque continuam convivendo com a dupla e agora tripla jornada de trabalho** para aquelas que são militantes. (Helena Pinto - Bloco Socialista).*

*Democracia é o poder do povo, é a força do povo exercido directamente com a participação do povo, é ele que dita as regras e as normas. É o povo que detém o poder de forma participada. Democracia portanto, não é só um modelo de voto, de eleição, é a participação direta do povo na solução de seus problemas (Miguel Thiago – PCP).*

*É igualdade de direitos e essa igualdade é exercida através do voto, onde as pessoas fazem escolhas que tem que ser esclarecidas. Minha ideia de democracia está ligada ao conceito de desenvolvimento, do Bem-estar e dos Direitos Humanos. Porque sem Direitos Humanos não há desenvolvimento e não há capacitação das pessoas para o exercício das escolhas para poder assim exercitar essas escolhas. Portanto democracia na minha visão de democracia está ligada a sistemas políticos que além de respeitar os procedimentos técnicos da **Democracia, fazem com que as pessoas sejam efetivamente capazes de poder fazer escolhas e terem a capacidade de avaliar.** (Maria de Belém Roseira - PS).*

*Democracia é participação de todos, são direitos fundamentais inscritos como liberdade, igualdade, é o homem exercendo o direito de votar. (Emídio Guerreiro – PSD)*

A partir dessas formulações é possível analisar alguns pontos que podem demarcar formas diferentes de compreender e de viver a democracia. Estão implícitos nestas formulações a preocupação de algumas parlamentares de explicitar a democracia como uma “*forma de afirmar o projecto de transformação da emancipação social*”. Nesse projeto de emancipação social Drago (2005) ressalta “*Nós aqui podemos ser iguais tanto nos espaços familiares como nos espaços públicos*”. A democracia então

não se esgota no domínio do público mas se imbrica com o privado. Essa visão portanto, está no cerne das formulações da democracia radical, que se constitui um projeto amplamente defendido pelo movimento feminista para transformar as relações políticas e as relações de género como tivemos oportunidade de ressaltar anteriormente.

Nesta mesma perspectiva pode ser analisada a fala de Pinto quando esta enfatiza que *“Nós estamos habituadas a viver a parte formal da democracia, falta conquistarmos e entrarmos na parte informal”*. Neste informal a deputada chama a atenção para as questões ainda não compartilhadas pelas mulheres no mundo público em virtude da tripla jornada de trabalho e da dificuldade de acesso à informação que dificulta seu exercício político e conseqüentemente a *“dificuldades de viver a democracia”*.

Esta dificuldade de viver a democracia está também na fala de Gomes e de Roseira que consideram que para vivê-la deve-se ter *“por base o respeito e a possibilidade de dar aos indivíduos oportunidades, igualmente... É dar a pessoa o poder de pensar, sonhar, fazer executar sem nenhuma restrição.* (GOMES, 2005). Este sentido vai ao encontro daquilo que Roseira (2005) ressalta quando afirma que a Democracia, permite as pessoas de efetivamente serem capazes de *“poder fazer escolhas e terem a capacidade de avaliar”*.

A ideia de democracia das deputadas reflete uma visão na qual articulam o mundo público com o mundo privado chamando a atenção para as subjetividades *“É dar a pessoa o poder de pensar, sonhar”* (GOMES, 2005) e extrapolam as visões de neutralidade presentes nos discursos dos deputados Guerreiro e Miguel Thiago, *“são direitos fundamentais inscritos como liberdade, igualdade”* (Guerreiro, 2005) *“é a força do povo exercido directamente com a participação do povo”* (Thiago, 2005). Nesta mesma linha de pensamento se inclui o discurso da deputada Odete Santos quando esta parlamentar articula o sentido de democracia à visão partidária claramente expressa nos discursos comunistas: *“é o governo a favor de uma maioria desprovida”* (SANTOS, 2005). Que possibilita dizer que em se tratando dos/as parlamentares portugueses há uma certa homogeneidade nas visões partidárias.

### **Algumas indicações para pensar prováveis Conclusões**

Embora sejam dados ainda muito preliminares, entretanto podemos perceber que tais concepções nos levam a concordar com Flax (1992, p.224) quando esta afirma que as teóricas feminista estão sempre “desconstruindo as noções de razão, conhecimento ou ego quando revelam os efeitos que os arranjos de gênero escondem por trás de fachadas neutras ou universalistas”. Em se tratando da visão das mulheres sobre democracia fica evidente que estas caminham por percursos semelhantes aos vivenciados em relação a questão do poder<sup>7</sup>, demarcado por um universo de concepções nas quais ficam explícitos práticas e valores cujos sentidos vão se diferenciando no cotidiano das relações sociais e políticas em todas as instâncias.

O fato é que para as mulheres cidadania e democracia estão imbricados como uma célula indissociável, passa como bem enfatizam as feministas, pelo "direito de ter direitos" que é visto por esse segmento como princípio. Os sentido de Democracia na visão das mulheres portanto, é ampliado na medida que questiona e ao mesmo tempo incorpora as pessoas concretas para se tornarem protagonistas, de seus próprios desejos ao adquirem corpo e voz para demandar e criar novos sentidos de democracia que se concretiza no exercício pleno de sua cidadania. Na fala das deputadas, protagonistas neste estudo, isso é perfeitamente perceptível.

Embora Flax (1992, p. 248) afirme que “qualquer posição feminista será necessariamente parcial”, ela também enfatiza que pensar sobre as mulheres pode esclarecer alguns aspectos que tem sido suprimida pelas visões sociais dominantes. Daí que não pretendo neste estudo esgotar o tema, já que ainda tenho um longo percurso para construir e desconstruir sobre o que pensam as mulheres sobre democracia e nesse percurso certamente irão sendo clareadas novas visões a partir de outros elementos que serão posteriormente incorporados nestas análises e neste texto ainda inacabado.

## **Bibliografia**

ALVARES, Maria Luzia Miranda A Liberdade e a Igualdade entre os “Modernos” e Uma Questão de Género. Belém: Gepem, 2000. 17 fl.

\_\_\_\_\_. Sufragismo, gênero e as políticas de reforma constitucional. Belém: Gepem, 2000. 34 fl.

---

<sup>7</sup> Estou me referindo a estudo recente no qual desenvolvo a partir da visão de Foucault algumas concepções sobre poder num diálogo com Chantal Mouffe e Bourdieu para apresentar as embricações desses conceitos com a ação parlamentar de deputadas brasileiras intermediada pelo movimento feminista. (FERREIRA, 2005, p.1)

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação para a Democracia** versão resumida de conferência proferida no âmbito do concurso para Professor Titular em Sociologia da Educação na FEUSP, 1996. [http://www.hottopos.com/nhttp://www.hottopos.com/notand2/educacao\\_para\\_a\\_democracia.htmotand2/educacao](http://www.hottopos.com/nhttp://www.hottopos.com/notand2/educacao_para_a_democracia.htmotand2/educacao).

BOTTA, Vera. (Vereadora). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Araraquara. Fev. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução. Maria Helena Kuher. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1999. 160 p.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz, Lisboa: Difel, 1989.311 p.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; Rabay, Glória. Mulher e participação política: aprendizado, empoderamento e exercício do poder. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Os poderes e os saberes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p.123-143.

CELIBERTI, Lilian. Atores, práticas e discursos da participação. In: Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.p. 52-60.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e os obstáculos à sua concretização. In: Ana Claudia Chaves, (Org.) **Os sentidos da democracia e da participação**. São Paulo: Instituto Polis, 2004.p. 24-31.

DRAGO, Ana. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005.

FALGAYRAC, Jacqueline; NOGRABAT, Annette. Mulheres, poderes, realidades presentes. In: **Femme et Povoir**. Paris: Gallimard, 1994.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulher e Poder: estudo sobre ação e participação da mulher nos legislativos**. Texto de qualificação de doutorado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, 2005. 118 f.

\_\_\_\_\_. **As Mulheres e o poder: democratizando o privado no Brasil**. Trabalho apresentado na Disciplina Reinventar a Emancipação Social ministrada pelo Professor Boaventura de Sousa Santos. Coimbra, Julho, 2005 .17 fl.

FERREIRA, Maria Mary. **Mulher, gênero e políticas públicas**. Universidade Federal do Maranhão; Grupo de Mulheres da Ilha, 1999. 128p.

FERREIRA, Virgínia. A Globalização das políticas de igualdade entre os sexos. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia.(Org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2004. p.77-102.

FERREIRA, Virgina do Carmo. **Relações sociais de sexo e segregação do Emprego:** uma análise da feminização dos escritórios em Portugal. Tese de doutoramento em Sociologia. Universidade de Coimbra. 2003. 2 v.

FLAX, Jane. Pós-modernidade e relações de género. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque, (Org). **Pós-modernidade e política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.217-250.

FRAISSE, Geneviève. (Delegada Interministerial para os Direitos das Mulheres na França). Direitos do homem e/ou das mulheres? Entrevista concedida a Label France, 1999.

GUERREIRO, Emídio. (Deputado). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005

MARTINS, Edna. (Vereadora). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Araraquara. Fev. 2005.

MOUFFE, Chantal. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

PASSOS, Elizete Passos. As políticas e os saberes: a construção do género nas Universidades do Norte e Nordeste e as repercussões nos campos social e político. In: FERREIRA, Mary; ALVARES, Maria Luzia Miranda; SANTOS, Eunice Ferreira. **Os poderes e os saberes das mulheres:** a construção do género. São Luís: EDUFMA; Salvador: REDOR, 2001. p.21-40.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PINTO, Helena. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. junho. 2005.

RAGO, Margareth. Feminismo e subjetividade em tempos pós-modernos. In: COSTA, Cláudia de Lima, SCHMIDT, Simone Pereira, (Org.). **Poéticas e políticas feministas**. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2004.

RÉMOND, René. **Introdução a História do nosso tempo:** Do antigo regime aos nossos dias. 2. ed. Lisboa: Gradiva, 2003. 460p.

ROSEIRA, Maria de Belém. (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. junho. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Ação e participação política e democracia**. Entrevista concedida a Mary Ferreira. Coimbra, 14/07/2005

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 678.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista Porto: Afrontamentos, 2004.



\_\_\_\_\_. **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo multicultural. Porto: Afrontamentos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamentos, 2004

\_\_\_\_\_. **Trabalhar o mundo:** os caminhos do novo internacionalismo operário. Porto: Afrontamentos, 2004.

SANTOS, Odete (Deputada). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. Junho. 2005.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida:** feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: EDUNESP, 2004. 205p.

THIAGO, Miguel. (Deputado). Entrevista sobre A participação políticas das mulheres no poder, concedida a Mary Ferreira. Lisboa. maio. 2005